



BANCO CENTRAL DO BRASIL

VOTO 31/2023–BCB, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

Assuntos de Política Monetária e assuntos de Administração – Propõe a atualização das Diretrizes do Real Digital, o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento do piloto da plataforma do Real Digital e a autorização para abertura de canal de comunicação com a sociedade sobre o desenvolvimento do piloto da plataforma do Real Digital e outros temas relacionados ao Real Digital.

Senhor Presidente e Senhores Diretores,

Introdução

A Portaria nº 108.092, de 20 de agosto de 2020, do Presidente do Banco Central, constituiu Grupo de Trabalho Interdepartamental (GTI) para realizar estudo sobre eventual emissão de moeda digital pelo Banco Central do Brasil (BCB). As discussões conduzidas nesse fórum motivaram a divulgação das diretrizes do Real Digital em maio de 2021, a realização de uma série de *webinários* para discutir com a sociedade as potenciais aplicações do Real Digital e a implementação do LIFT *Challenge Real Digital*.

2. Em conexão com esse conjunto de iniciativas, e considerando a evolução das discussões internacionais sobre a *tokenização* de ativos e sobre a emissão de moeda digital por bancos centrais, assim como o contexto evolutivo do mercado doméstico, propomos:

- i) a atualização das Diretrizes do Real Digital;
- ii) o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento de piloto de plataforma com tecnologia de registro distribuído (DLT) para o Real Digital; e
- iii) a autorização para abertura de canal de comunicação com agentes e entidades representativas de instituições reguladas pelo BCB e com outros setores envolvidos, com o objetivo de discutir os detalhes do desenvolvimento desse piloto e outros temas relacionados ao Real Digital.

Caso de uso - a *tokenização* de ativos financeiros

3. A tecnologia de registro descentralizado impulsiona o surgimento de novos modelos de negócios, que possuem potencial de atender à demanda da população por meios nativamente digitais de liquidação, similares aos disponíveis no ecossistema de criptoativos.

4. Atualmente, a liquidação interbancária em moeda de banco central das transações envolvendo ativos financeiros e valores mobiliários ocorre por meio do Sistema de Transferência de Reservas (STR). Por outro lado, a *tokenização* de ativos e a emissão de ativos





BANCO CENTRAL DO BRASIL

digitais apresentam tendência de uso crescente no mercado e, dada a falta de moeda do BCB compatível com esse ambiente, os participantes do mercado vêm usando moedas digitais de emissão privada sem regulação adequada, as chamadas *stablecoins*, para a liquidação financeira de transações envolvendo ativos *tokenizados*. Dessa forma, a ausência de uma infraestrutura descentralizada que tenha como ativo nativo a moeda do BCB e que seja compatível com as transações com ativos *tokenizados* expõe essas transações a riscos privados, o que pode comprometer a estabilidade financeira.

5. A disseminação da *tokenização* tem o potencial de gerar ganhos concretos em acessibilidade a ativos e em eficiência das transações. Em geral, os ativos *tokenizados* podem ser transferidos facilmente, de forma fracionária e em segundos. Eles podem ser usados em diversas aplicações descentralizadas e armazenados em contratos inteligentes (*smart contracts*), que são executados automaticamente quando termos e condições predeterminados são atendidos.

6. Os benefícios esperados da *tokenização* incluem:

- i) programabilidade: *smart contracts* oferecem novas formas de automação;
- ii) liquidação atômica: a troca de *tokens* de forma automatizada, representando a liquidação da operação e reduzindo os riscos da contraparte;
- iii) fontes únicas de verdade: substituem os registros em silos informacionais; e
- iv) multiativos: ativos de diferentes naturezas podem ser *tokenizados* em um mesmo ambiente de DLT.

7. Além disso, a tecnologia de registro descentralizado promete redução de custos por meio de padronização e interoperabilidade, reutilização de protocolos e composição de serviços financeiros (*composability*). Ao mesmo tempo, essa tecnologia permite um elevado grau de auditabilidade, rastreabilidade e transparência, garantindo as ferramentas necessárias à sua supervisão e regulação.

8. Assim, a existência de uma infraestrutura descentralizada compatível com as transações com ativos *tokenizados*, na qual a moeda de liquidação seria uma versão *tokenizada* do saldo das contas reservas bancárias e das contas de liquidação, disponibilizaria um ambiente propício para a proposição de inovações pelos diversos agentes do mercado. Concomitantemente, os benefícios dessas tecnologias seriam ofertados a uma base maior de cidadãos sem expor seus negócios às incertezas de um ambiente financeiro não regulado.

9. Ademais, na busca do cumprimento de sua missão de assegurar a estabilidade monetária e financeira, o BCB tem atuado como um catalizador da incorporação de inovações ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), de modo a mantê-lo hígido e eficiente. Nesse contexto, o desenvolvimento de uma plataforma do Real Digital, com base em tecnologia de registro descentralizado multiativo, poderá contribuir para que o BCB:

- i) continue a acompanhar o dinamismo da evolução tecnológica da economia brasileira;
- ii) promova a eficiência do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB);



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- iii) incentive o surgimento de novos modelos de negócio e de outras inovações baseadas em avanços tecnológicos recentes; e
- iv) favoreça a integração do Brasil aos cenários econômicos regional e global por meio do aumento da eficiência nas transações transfronteiriças.

Atualização das Diretrizes do Real Digital

10. O BCB, em avaliação preliminar e consideradas as discussões mantidas pelo GTI constituído pela Portaria nº 108.092, de 2020, divulgou, em nota à imprensa datada de 24 de maio de 2021, um conjunto de diretrizes que orientam o desenvolvimento da iniciativa do Real Digital e os necessários debates com a sociedade acerca do tema.

11. O aprofundamento da discussão do assunto, incluindo o diálogo com o setor privado e a academia, vem permitindo um detalhamento da análise de potenciais modelos de emissão do Real Digital que, necessariamente, possam conciliar uma ampla variedade de casos de usos aos arranjos institucionais em vigor no País e às tecnologias disponíveis para sua implementação.

12. Tais discussões colaboraram para a consolidação da visão de que, para atingir os principais objetivos da implantação do Real Digital, é importante manter a intermediação financeira e a capacidade de alavancagem e de geração de crédito do sistema bancário. Assim, mantém-se o foco de uso para as transações de varejo, especificando que o acesso a clientes finais, pessoas naturais e pessoas jurídicas não financeiras, deve se dar por meio de moedas digitais emitidas por agentes autorizados pelo BCB, ou seja, versões *tokenizadas* de depósitos à vista em instituições financeiras (IFs) e de moedas eletrônicas em instituições de pagamento (IPs).

13. A evolução das discussões demanda, dessa forma, a atualização do conjunto de diretrizes do Real Digital, adequando-as ao atual estágio de desenvolvimento da iniciativa. Propõe-se, com isso, o seguinte conjunto de diretrizes gerais para a plataforma do Real Digital:

- i) ênfase no desenvolvimento de modelos inovadores com a incorporação de tecnologias, como contratos inteligentes (*smart contracts*) e dinheiro programável, compatíveis com liquidação de operações por meio da “internet das coisas” (IoT);
- ii) foco no desenvolvimento de aplicações *online*, mantendo em vista a possibilidade de pagamentos *offline*;
- iii) emissão do Real Digital pelo BCB, como meio de pagamento, a fim de dar suporte à oferta de serviços financeiros de varejo liquidados por meio de *tokens* de depósitos em participantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB);
- iv) aplicação do arcabouço regulatório vigente às operações realizadas na plataforma do Real Digital, evitando assimetrias regulatórias;
- v) garantia da segurança jurídica nas operações realizadas na plataforma do Real Digital;





BANCO CENTRAL DO BRASIL

- vi) observância a todos os princípios e regras de privacidade e segurança previstos na legislação brasileira, em especial na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 (sigilo bancário), e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
- vii) desenho tecnológico que permita integral atendimento às recomendações internacionais e normas legais sobre prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, inclusive em cumprimento a ordens judiciais para rastreamento de operações ilícitas;
- viii) adoção de solução tecnológica baseada em DLT que permita:
 - a) registro de ativos de diferentes naturezas;
 - b) descentralização no provimento de produtos e serviços;
 - c) interoperabilidade com sistemas domésticos legados e com outros sistemas de registro e transferência de informação e de negociação de ativos digitais regulados; e
 - d) integração a sistemas de outras jurisdições, visando à realização de pagamentos transfronteiriços; e
- ix) adoção de padrões de resiliência e segurança cibernética equivalentes aos aplicáveis a infraestruturas críticas do mercado financeiro.

14. Esclarece-se que a proposta de substituir a diretriz anterior de “ausência de remuneração” pela diretriz de “simetria regulatória” com operações análogas realizadas dentro e fora do ambiente do Real Digital visa dar flexibilidade à nova infraestrutura. Essa diretriz, além de sinalizar estabilidade no arcabouço regulatório, permite acomodar situações distintas de uso da moeda do BCB. Nos sistemas atuais, por exemplo, a remuneração de depósitos voluntários de instituições financeiras no BCB convive com a ausência de remuneração de reservas compulsórias sobre depósito à vista.

15. Por fim, é importante ressaltar que as diretrizes propostas pretendem condensar o entendimento atual do BCB em relação ao tema, a fim de direcionar a evolução da iniciativa do Real Digital e guiar discussões com reguladores domésticos e estrangeiros, organismos internacionais, indústria e academia. Dado o estágio de desenvolvimento da iniciativa e a dinâmica das discussões e dos projetos em andamento sobre o tema em nível mundial, é esperada a reavaliação dessas diretrizes à medida que a iniciativa do Real Digital e as discussões com as partes interessadas evoluam.

Visão de longo prazo da plataforma do Real Digital

16. Essas diretrizes buscam desenhar um sistema financeiro mais aberto, que possa levar novos serviços e tecnologias para uma parcela mais ampla da população, de modo a promover um maior nível de inclusão financeira, por meio de uma disponibilização democrática de ferramentas de investimento, crédito e seguros, entre outras.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

17. Para atingir esse objetivo, o BCB tem se inspirado em um modelo apresentado por Schär 2021.¹ Esse modelo apresenta uma visão do ecossistema de finanças descentralizadas (DeFi) construído sobre a *blockchain* Ethereum e compatível com a agenda de inovação promovida pelo BCB, dividindo esse ambiente em camadas dedicadas:

- i) à liquidação;
- ii) ao registro de ativos;
- iii) aos protocolos de negociação;
- iv) à oferta modular de serviços financeiros – aplicações; e
- v) à agregação desses serviços.

18. A camada de liquidação é a infraestrutura básica, composta principalmente pela infraestrutura em DLT e seu *token* nativo. Na camada de registro de ativos, são estabelecidos padrões para emissão de *tokens* e representação de instrumentos financeiros, e nela o Real Digital cumprirá a função de ancorar operações entre *tokens* referentes a depósitos à vista e moeda eletrônica, fornecendo mecanismos de liquidação atômica para ativos digitais em geral.

19. A camada de protocolos de negociação define padrões para cada modelo de negócios específico, como gestão de ativos, empréstimos, câmbio, negociação de derivativos e outros. Nessa camada, o BCB pode criar uma série de protocolos padrões, refletindo a regulamentação básica, que poderão ser disponibilizados ao público, para que incumbentes e novos participantes possam concentrar seus esforços no desenvolvimento de negócios usando esses protocolos como base.

20. O BCB não deve, no entanto, ser o único provedor de protocolos, nem mesmo buscar fornecer protocolos em formato final para quaisquer modelos de negócios específicos, mas deve se concentrar em protocolos que incorporem os elementos fundamentais da regulamentação. Participantes sofisticados do mercado poderão desenvolver suas próprias versões desses protocolos, ganhando flexibilidade e ampliando sua responsabilidade no ambiente.

21. Na camada de aplicações, os serviços e produtos básicos deverão ser desenvolvidos por entidades autorizadas pelo BCB, como bancos, cooperativas, IPs e *fintechs*. Esses serviços básicos, ou aplicações, deverão garantir a atomicidade em suas operações e irão servir como base para a criação de serviços finais que atendam às necessidades dos usuários.

22. Finalmente, na camada de agregação, em alinhamento com os princípios estabelecidos na iniciativa de *open finance*, as aplicações seriam agregadas por mecanismos de composibilidade para formar contratos finais com atomicidade de transações. Ou seja, um serviço ou produto final será o resultado da composição de diferentes módulos atômicos básicos, que garanta a atomicidade do serviço agregado.

¹ Fabian Schär (2021), “Decentralized Finance: On Blockchain- and Smart Contract-Based Financial Markets”, Economic Research - Federal Reserve Bank of St. Louis. ([link](#))





BANCO CENTRAL DO BRASIL

23. Nesse contexto, o foco da atuação do BCB no desenvolvimento da plataforma do Real Digital se concentra nas três camadas iniciais – liquidação, ativos e protocolos. As demais camadas desse modelo são objeto de outras ações da agenda de inovação do BCB. Por exemplo, iniciativas regulatórias dos mercados de ativos digitais afetam fortemente o desenho da camada de protocolos, enquanto as camadas de aplicações e de agregação se alinham a ações da iniciativa de *open finance*. Assim, o modelo oferece um ponto de convergência para as diversas iniciativas de inovação em desenvolvimento no BCB.

Diretrizes para o desenvolvimento do Piloto do Real Digital (Piloto RD)

24. Entre as diretrizes propostas para o Real Digital, destaca-se a possibilidade de grande ganho na adoção de programabilidade nas soluções de DLT. No entanto, o estágio atual de desenvolvimento tecnológico e os testes realizados até o momento não deixam clara a capacidade de maximização dos ganhos de programabilidade sem o comprometimento da privacidade.

25. Em relação à privacidade, ressalta-se que, no Brasil, há um arcabouço abrangente e sistemático de leis e regulamentos que harmonizam os direitos individuais de privacidade com as necessidades legítimas de transparência das autoridades públicas. Nesse sentido, a infraestrutura, por se tratar da representação, em uma rede DLT, dos depósitos em IFs ou em IPs, herda o correspondente regime jurídico quanto ao acesso e ao trânsito de informações.

26. Dessa forma, soluções de preservação da privacidade devem ainda ser postas a teste, de modo a trazer maior segurança em relação à capacidade de o BCB garantir o cumprimento dos requisitos legais de privacidade aplicáveis ao SFN. Assim, a presente proposta de Piloto RD tem o objetivo de validar o uso de uma solução de plataforma DLT avaliando a programabilidade com ativos financeiros e a observância aos requisitos legais e regulatórios de privacidade das informações de indivíduos e demais envolvidos nas transações nessa plataforma.

27. Com esse escopo em mente, propõem-se as diretrizes para o Piloto RD listadas nos parágrafos a seguir.

28. A fim de minimizar a complexidade do sistema, mantendo o foco nos principais ganhos permitidos pela tecnologia, o Piloto RD utilizará uma plataforma com base em DLT, suportando registro de ativos (pré-determinados) de naturezas distintas (multiativo), bem como transações entre eles. Para esse piloto serão empregados os seguintes ativos:

- i) moeda de banco central oriunda:
 - a. de contas Reservas Bancárias;
 - b. de Contas de Liquidação; e
 - c. da Conta Única do Tesouro Nacional;
- ii) depósitos bancários à vista;
- iii) moeda eletrônica, na forma da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013; e
- iv) Títulos Públicos Federais.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

29. O Piloto RD simulará transações de emissão, resgate e transferência desses ativos, bem como os fluxos financeiros decorrentes de eventos de negociação. Essas transações deverão contemplar a liquidação condicionada e simultânea entre os ativos registrados, a fim de garantir a Entrega contra Pagamento (DvP), até o nível do cliente final. Nos termos da tecnologia de que trata, tal capacidade denomina-se liquidação atômica.

30. Na linha dos serviços atualmente prestados pelo BCB, a infraestrutura não permitirá saldo a descoberto em nenhuma transação com os ativos registrados. A fim de maximizar um dos benefícios potenciais da tecnologia, os registros dos ativos e as transações deverão possibilitar fragmentação, respeitando o sistema de apreçamento centesimal.

31. A infraestrutura conterà as funcionalidades essenciais das camadas de registro dos ativos, de liquidação de suas transferências e de protocolos, bem como os contratos inteligentes necessários para a execução das transações propostas no Piloto RD.

32. Propõe-se a manutenção da elegibilidade de acesso ao passivo do BCB, ou seja, que sejam mantidos os critérios de acesso às contas Reservas Bancárias ou de Liquidação previstos na disciplina legal e regulatória vigente.

33. A inclusão dos depósitos bancários à vista e da moeda eletrônica, detidos pelas instituições financeiras e pelas instituições de pagamento, visa à disponibilização dos benefícios da tecnologia DLT para os clientes finais do SFN e do SPB. Os clientes finais terão acesso à infraestrutura por meio de seus relacionamentos com as instituições financeiras e de pagamentos, sem acesso direto à moeda digital do BCB ou a ferramentas de programação disponíveis na plataforma. Tal proposta permite que os clientes finais tenham acesso a serviços e ao mercado de ativos *tokenizados*, ao passo que preserva a integridade, a estabilidade e a intermediação no SFN, bem como os mecanismos de multiplicação bancária e o normal funcionamento do mercado de crédito.

34. Durante o Piloto RD, as decisões negociais e tecnológicas serão centralizadas no BCB, que deverá se consultar com agentes e entidades representativas de instituições reguladas pelo BCB, bem como outros setores envolvidos, por meio de canal de comunicação cuja abertura se propõe autorizar para esse propósito, nos termos descritos no parágrafo 41.

35. O Piloto RD não será levado a ambiente de produção, restringindo-se a transações simuladas. Dado o atual estágio de desenvolvimento da tecnologia, a necessidade de ainda avaliar requisitos de negócio e a potencial demanda por recursos financeiros e humanos, propomos que o Piloto RD não envolva, neste momento, ativos, transações ou valores transacionados no mundo real, mas apenas simulados.

36. A participação no Piloto RD será limitada. Faz-se necessária a participação de instituições financeiras e instituições de pagamentos, a fim de efetivamente possibilitar a avaliação dos requisitos de negócio da infraestrutura. Por outro lado, a fim de permitir um desenvolvimento tempestivo do Piloto RD, propõe-se que se limite, em comum acordo com as associações representativas das instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, o número de instituições que efetivamente participarão do Piloto RD. Ressalta-se ainda que, por se tratar de





BANCO CENTRAL DO BRASIL

rede DLT, os operadores de nós da plataforma do Real Digital compartilharão os custos de infraestrutura, envolvendo, portanto, necessidade de desenvolvimentos e da cobertura de custos próprios pelos participantes.

37. Com o mesmo propósito de viabilizar a operacionalização tempestiva do Piloto RD, outros limites também poderão ser estabelecidos, como quantidade de transações, volumes financeiros, tipos de transações, horário de funcionamento e os títulos públicos passíveis de registro.

38. Embora, no Piloto RD, os ativos passíveis de registro sejam limitados àqueles listados no parágrafo 28, a infraestrutura deverá prever a possibilidade de agregação de ativos de outras naturezas – dando preferência a ativos financeiros e valores mobiliários –, mas considerando a possibilidade de outras categorias de ativos. A efetiva inclusão de outros ativos no Piloto RD poderá ser decidida em momento posterior.

39. De uma maneira geral, o Piloto RD deverá, dentro do possível, prever a capacidade de acomodação de desenvolvimentos do sistema em direção às diretrizes gerais do Real Digital e a observância às regras de privacidade e segurança, em consonância com a visão de longo prazo estabelecida para a plataforma do Real Digital.

40. Ainda em relação à visão de longo prazo da plataforma do Real Digital, é necessário que o ambiente do Piloto RD seja capaz de incorporar protocolos com níveis de complexidade compatíveis com os desenvolvimentos observados nos ambientes de DeFi, preferencialmente protocolos baseados em código já testados em ambiente de produção conforme descrito no modelo que pauta essa visão (vide parágrafos 16 a 23, acima).

Abertura de canal de comunicação com a sociedade

41. Para a realização da etapa de testes do Piloto RD, será necessária a tomada de decisões sobre as estratégias negociais e de desenvolvimento que sejam mais adequadas às necessidades da sociedade. Dessa forma, faz-se necessário autorizar o Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban) a abrir um canal de comunicação permanente com os agentes e as entidades representativas de instituições reguladas pelo BCB e com outros setores envolvidos, viabilizando consultas, trocas de informações e a adequada orientação das expectativas acerca dos testes propostos para o Piloto RD, do desenvolvimento da plataforma do Real Digital e de outros temas relacionados ao Real Digital. A atuação do BCB em tal canal de comunicação será pautada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que regem a Administração Pública, e obedecerá a legislação relativa ao sigilo bancário e ao sigilo de dados, bem como os padrões éticos impostos aos servidores públicos.

Encaminhamento

42. Diante do exposto, com base no art. 11, incisos II, VI, “s”, e VII, no art. 12, inciso XXV, combinado com o art. 13, inciso XII, no art. 14, inciso XXV, e no art. 19, inciso XV, todos do Regimento Interno do BCB, submetemos à avaliação desta Diretoria Colegiada a proposta de:



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- i) atualização das Diretrizes do Real Digital;
- ii) estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento do Piloto do Real Digital (Piloto RD); e
- iii) autorização ao Deban para abertura de canal de comunicação com agentes e entidades representativas de instituições reguladas pelo BCB e com outros setores envolvidos, objetivando discutir os detalhes do desenvolvimento do Piloto RD e outros temas relacionados ao Real Digital.

Bruno Serra Fernandes
Diretor de Política Monetária

Carolina de Assis Barros
Diretora de Administração

Anexo: 1.





BANCO CENTRAL DO BRASIL

Anexo 1: Atualização das diretrizes do Real Digital divulgadas em 24/5/2021

Diretriz atual	Diretriz proposta
1ª. Ênfase na possibilidade de desenvolvimento de modelos inovadores a partir de evoluções tecnológicas, como contratos inteligentes (<i>smart contracts</i>), internet das coisas (IoT) e dinheiro programável;	A. Ênfase no desenvolvimento de modelos inovadores a partir da incorporação de tecnologias, como contratos inteligentes (<i>smart contracts</i>) e dinheiro programável, compatíveis com liquidação de operações por meio da “internet das coisas” (IoT);
Comentário: a nova diretriz estabelece distinção entre o uso de tecnologias de <i>smart contracts</i> e de IoT.	
2ª. Previsão de uso em pagamentos de varejo;	Excluída
Comentário: O foco no varejo foi incorporado à diretriz “C” proposta.	
3ª. Capacidade para realizar operações <i>online</i> e eventualmente operações <i>offline</i> ;	B. Foco no desenvolvimento de aplicações <i>online</i> , mantendo em vista a possibilidade de pagamentos <i>offline</i> ;
Comentário: amplia o escopo de “operações <i>online</i> ” para “aplicações <i>online</i> ”, consistente com a ampliação das possibilidades trazidas pela perspectiva de DeFi à iniciativa do Real Digital. Restringe a possibilidade de uso <i>offline</i> a pagamentos.	
4ª. Emissão pelo BCB, como uma extensão da moeda física, com a distribuição ao público intermediada por custodiantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB);	C. Emissão do Real Digital pelo BCB, como meio de pagamento, a fim de dar suporte à oferta de serviços financeiros de varejo liquidados por meio de <i>tokens</i> de depósitos em participantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB);
Comentário: Dado o grau de evolução dos pagamentos de varejo no Brasil, a diretriz proposta retira o Real Digital do foco de aplicações de varejo e passa para transações com depósitos <i>tokenizados</i> . Dessa forma, o Real Digital será uma CBDC de atacado com suporte a serviços digitais de varejo.	



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Diretriz atual	Diretriz proposta
5ª. Ausência de remuneração;	D. Aplicação do arcabouço regulatório vigente às operações realizadas na plataforma do Real Digital, evitando assimetrias regulatórias;
Comentário: A diretriz de não gerar assimetrias regulatórias entre os sistemas tradicionais e a plataforma do Real Digital implica o acoplamento entre sistemas não permitindo que a características de um sistema sejam definidas sem que se altere as características correspondentes no outro sistema. Assim, a remuneração do Real Digital deixa de ser variável de livre escolha e passa a estar associada à função que ele desempenha. Por exemplo, caso ele exerça a função de reserva voluntária ativa, será remunerado. Se estiver cumprindo a função de reserva compulsória de depósito à vista não será remunerado.	
6ª. Garantia da segurança jurídica em suas operações;	E. Inalterada
7ª. Aderência a todos os princípios e regras de privacidade e segurança determinados, em especial, pela Lei Complementar nº 105, de 2001 (sigilo bancário), e pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;	F. Inalterada
8ª. Desenho tecnológico que permita integral atendimento às recomendações internacionais e normas legais sobre prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, inclusive em cumprimento a ordens judiciais para rastrear operações ilícitas;	G. Inalterada



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Diretriz atual	Diretriz proposta
9ª. Adoção de solução que permita interoperabilidade e integração visando à realização de pagamentos transfronteiriços; e	H. Adoção de solução tecnológica baseada em DLT que permita: <ul style="list-style-type: none">• registro de ativos de diferentes naturezas;• descentralização no provimento de produtos e serviços;• interoperabilidade com sistemas domésticos legados e com outros sistemas de registro e transferência de informação e de negociação de ativos digitais regulados;• integração a sistemas de outras jurisdições, visando à realização de pagamentos transfronteiriços;
Comentário: A nova diretriz explicita a adoção de DLT multiativo, permitindo a descentralização do SFN, e detalha a necessidade de interoperabilidade de informações complementares àquelas restritas às negociações de ativos (IoT e Oráculos). Quanto a pagamentos transfronteiriços, a diretriz proposta explicita o direcionamento de integração a sistemas globais ou de outras jurisdições.	
10ª. Adoção de padrões de resiliência e segurança cibernética equivalentes aos aplicáveis a infraestruturas críticas do mercado financeiro.	I. Inalterada